



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/SAD N. 225 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

Designa Administrador da Ata de Registro de Preços n. 13/2020.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o item 16.4.24, inciso VI, do Manual de Organização do STJ, instituído pela Instrução Normativa STJ n. 19, de 22 de outubro de 2020, e considerando o que consta do Processo STJ n. 006677/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Carlos Alberto da Silva Franco, matrícula S022491 e Tiemi Umebara, matrícula S072847, respectivamente, como administrador e administrador substituto da Ata de Registro de Preços n. 13/2020, firmada com a empresa Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S.A, que tem por objeto registrar os preços para aquisição de Subscrições do software (Sistema Operacional) Linux com atualização de versões e suporte técnico em regime de 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana (24x7), por 48 meses.

Art. 2º São atribuições dos administradores, dentre outras consignadas no [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#), disponível na Intranet/Internet, aprovado pela [Portaria STJ/GDG n. 440 de 11 de Junho de 2019](#). :

I - Solicitar a contratação do objeto mediante a apresentação do pedido de compra, indicando o número da ata, quantidade e descrição do produto, local, prazo, horário de entrega e valor;

II - Realizar periodicamente a pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

III - Conduzir eventuais negociações dos preços registrados para propor a sua revisão;

IV - Propor a revogação da ata ou o cancelamento do registro do fornecedor;

V - Manifestar-se sobre os estudos dos órgãos públicos não participantes interessados em utilizar a ata;

VI - Controlar a quantidade registrada e os limites de cada item para adesão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração**, em 30/11/2020, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2234660** e o código CRC **44400EA4**.